



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



Ofício nº 628

Lapa, 07 de Novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 128/2007, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, para repasse de subvenção mensal e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

Protocolo nº: 1253 / 2007

Data: 23/11/2007 - 10:49


Responsável: FER

Exmo. Sr.
JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 128, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, para repasse de subvenção mensal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. – É o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.573.499/0009-33, com sede na Rua Leônicio Correa, nº 339, nesta cidade, para o repasse da importância de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, que se dará até o último dia útil de cada mês, para manutenção das atividades realizadas pela entidade, conforme plano de trabalho, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A Entidade beneficiada com a aplicação dos recursos a que se refere o artigo 1º desta Lei, deverá prestar contas mensalmente ao Município, sob pena de suspensão e devolução dos recursos não aplicados na destinação mencionada, bem como, anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme disposto na Resolução de 03/2006, que regulamenta os arts. 162, § 2º, 228, 229, 230 e 295, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dispõe sobre a fiscalização das transferências voluntárias estaduais e municipais repassadas às entidades da Administração Pública, ou às entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01 de Janeiro de 2008, com término previsto para 31 de Dezembro do mesmo ano.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria de Desenvolvimento Social
07.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0019.2.023 – Fundo Municipal de Assistência Social
799:3.3.50.43.00.00.00.1000 – Subvenções Sociais

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 07 de Novembro de 2007.


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 128, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminha-se para apreciação por esse Egrégio Poder Legislativo, projeto que propõe subvenção mensal a Associação Menonita de Assistência Social - AMAS, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Reconhecendo o relevante benefício social prestado pela Entidade de Caráter Social, sem fins lucrativos, e vendo a grande necessidade de atendimento a pessoas carentes, haja vista, que muitas mães não podiam trabalhar fora, por não terem com quem deixar seus filhos, a AMAS com sede em Curitiba e creches em Palmeira e Porto Amazonas decidiu juntamente com a Igreja Evangélica Irmãos Menonitas do Núcleo Leiteiro da Lapa, estender seus atendimentos até nosso Município.

Sabe-se, que desde abril de 1989 a entidade atende várias pessoas carentes, hoje aproximadamente, cerca de 85 (oitenta e cinco) famílias e 100 (cem) crianças no Centro de Educação Infantil Estrela de Belém.

Confiando no Alto Espírito Público dos Nobres Edis Integrantes dessa Casa, pede-se e espera-se Aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 07 de Novembro de 2007.


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Página 1 de 1
MUNICÍPIO
LAPA - PB
R.S. Nº 04
[Assinatura]

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AMAS ASSOCIACAO MENONITA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ: 79.573.499/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 13:52:29 do dia 09/11/2007 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/05/2008.

Código de controle da certidão: **3775.307C.B046.4A92**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 79573499/0009-33
Razão Social: AMAS ASSOC MENONITA ASSIST SOCIAL 108
Endereço: R LEONCIO CORREIA 339 / SEDE / LAPA / PR / 83750-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/10/2007 a 27/11/2007

Certificação Número: 2007102914270805218528

Informação obtida em 09/11/2007, às 15:18:41.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Página 1 de 1

RECEITA FEDERAL DO BRASIL
LAPA - PR
P.L.S. Nº 06
[Assinatura]

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS
DE TERCEIROS

Nº 308162007-14001010

Nome: AMAS ASSOCIACAO MENONITA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ: 79.573.499/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro (INSS).

Esta certidão, emitida em nome da matriz é válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples, inclusive a decorrente de cisão total, fusão ou incorporação.

aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 17/08/2007.
Válida até 13/02/2008.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PLANO DE TRABALHO 2008**FOLHA 1/2****1 – DADOS CADASTRAIS**

ENTIDADE: AMAS Associação Menonita de Assistência Social				CNPJ 79573499/0009-33
ENDEREÇO: Rua Leônicio Correa, 339				
CIDADE Lapa	UF Paraná	CEP 83750-000	EMAIL lapa@amasbrasil.org.br	TELEFONE 3622-3211
CONTA CORRENTE 15.379-6		BANCO BRADESCO	AGENCIA 954 Lapa	
Nome de responsável AALTJE CNOSSEN DÜCK		CPF 653.649.459-87	TELEFONE P/ CONTATO 3622-7540 9935-7192	
FUNÇÃO: COORDENADORA				

2 – DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO Crianças escolares de 05 – 09 anos, com possibilidades de aumentar a idade até 14 anos.	PERÍODO DE EXECUÇÃO 02/01/2008 – 31/12/2008
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO Centro de Convivência e Contra Turno Escolar.	
JUSTIFICATIVA DO ATENDIMENTO Vendo a grande necessidade de atendimento a pessoas carentes principalmente que muitas mães não podiam trabalhar fora por não terem com quem deixar seus filhos a AMAS com sede em Curitiba e creches (CEIs) em Palmeira e Porto Amazonas decidiu juntamente com a Igreja Evangélica Irmãos Menonitas do Núcleo Leiteiro da Lapa estender seus atendimentos até a Lapa. Desde abril de 1989 estamos atendendo a estas famílias em regime de creche. A partir do ano 2008 estaremos atendendo crianças que estão meio período na escola e no outro período muitas vezes não tem com quem ficar sendo obrigados a ficarem, sozinhas em casa, em casas de vizinhos, amigos ou mesmo na rua preocupando desta forma os pais que estão no seu local de trabalho.	

3 – PLANO DE APLICAÇÃO

CÓ DIG O	NATUREZA DA DESPESA	Nº de pessoas Atendidas	R\$ ANO
	<p>CONSUMO: artigos de higiene, limpeza e conservação, acondicionamento e embalagens, gêneros de alimentação, impressos, artigos de expediente, ensino (didático), lâmpadas, acessórios para instalações elétricas, moveis, aparelhos, material para fotografia, farmacêuticos, vidraçaria, vestuário, uniformes, artigos para esporte, jogos, brinquedos e divertimentos com os respectivos acessórios, material para artesanato, calçados, roupas de cama mesa, banho e cozinha, outros materiais e bens duradouros.</p> <p>Serviços e encargos: energia elétrica, gás, serviços de asseio e higiene (inclusive taxas com água e esgoto), impressão, telefone, pedágios, encadernações emoldurados, conservação e adaptação de bens moveis, inclusive materiais de construção para reformas.</p> <p>Pessoal: pagamento de vencimentos, salariais, INSS, FGTS, PIS, vale transporte, férias, décimo terceiro com seus respectivos encargos.</p>		18.000,00



PLANO DE TRABALHO 2008	FOLHA 2/2
-------------------------------	------------------

4 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

REPASSE MENSAL R\$ 1,00

META	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00

META	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00

5 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da entidade por mim representada declaro, para os devidos fins de prova junto ao Município da Lapa para os efeitos e sob as penas de lei, que inexistente qualquer situação de inadimplência junto a Administração Municipal ou qualquer órgão/entidade da Administração Pública Estadual e Federal que impeça a transferência de recursos de dotação consignada nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento

Lapa, 10 de outubro de 2007


Aaltje Cnossen Dück CPF. 653.649.459-87

Local e Data

Carimbo e Assinatura do Responsável

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Lapa, de de 2007


MIGUEL LOURENÇO HORNING BATISTA
 Prefeito Municipal

Parecer nº 115/2007

Lapa/PR, 29 de novembro de 2007.

Ref.: Anteprojeto de Lei nº 128/2007.

Busca-se através do Anteprojeto de Lei nº 128/2007, de autoria do Poder Executivo Municipal, autorização para firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, cuja pactuação importará no repasse mensal do valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a referida entidade.

Segundo o plano de aplicação dos recursos para o ano de 2008, os valores serão destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação básica dos alunos, material de expediente e de manutenção das atividades, bem como para a remuneração do pessoal envolvido nas atividades.

Desta forma, resta analisar se é legalmente possível o Município firmar convênio com uma entidade assistencial nos termos que se propõe. Inicialmente, é importante salientar o que determinam os artigos 203 e 204 da Constituição Federal:

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

(...)

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a

coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.”

Na esteira dos mandamentos constitucionais, a Lei Orgânica do Município da Lapa, em seus artigos 146 a 149, prevê a atuação da Municipalidade, conjuntamente com entidades beneficentes de assistência social e da comunidade, no desenvolvimento sócio-cultural da criança e do adolescente.

E tendo em vista que a hipótese aventada se trata de convênio, tem-se que o instrumento é o adequado, pois este representa uma forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas e privadas, buscando a consecução de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca.

No presente caso, de acordo com a Lei Municipal nº 1438, de 01/12/1998, a AMAS presta à comunidade importantes serviços assistenciais, sendo uma entidade sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública. Da mesma forma, esta instituição também se encontra em regularidade fiscal com a Previdência Social e o FGTS, assim como em relação ao Governo Federal (certidões anexas). Assim, não há óbice para que firme convênio com o Poder Público.

Por outro lado, determina o art. 69, XXV, da Lei Orgânica Municipal:

“Art. 69. Ao Prefeito compete:

(...)

XXV – celebrar convênio *‘ad referendum’* da Câmara Municipal;”

Assim, tendo em vista que a Lei Orgânica Municipal prevê a possibilidade do Chefe do Executivo firmar convênio, mediante aprovação da Câmara, aliado ao fato de que o Município tem o dever constitucional de atuar em políticas sociais que atendam aos

interesses de crianças e adolescentes, cujas despesas se encontram previamente dotadas, conforme previsto no art. 4º deste projeto de lei, bem como pelo fato de estarem sendo observadas as disposições do art. 116, da Lei nº 8666/93, o presente projeto de lei não apresenta obstáculos legais à sua apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.



João Francisco Monteiro Sampaio

OAB/PR nº 36.961

Assessor Especial da Comissão Executiva na Área Jurídica

ENCAMINHAMENTO:


EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.

ANTEPROJETO DE LEI Nº128/2007

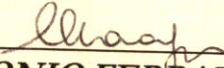
SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA REPASSE DE SUBVENÇÃO MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARA ANÁLISE E POSTERIOR ELABORAÇÃO DE REDAÇÃO FINAL DA **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2007

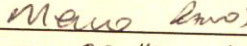

JOÃO ANTONIO DE J. MARTINS
PRESIDENTE

RECEBI O PROJETO EM 03/12 dezoito /2007.


MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR


LAPA, EM 03/12 /2007.


MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 128/2007

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

SÚMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA REPASSE DE SUBVENÇÃO MENSAL E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PARECER

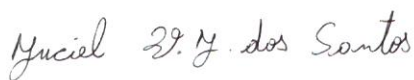
O Projeto não apresenta nenhuma irregularidade quanto a sua legalidade, a demais cumpre com a técnica legislativa.

Desta forma colocamos a proposta, ao Douto Plenário para decisão final.

Atenciosamente.

Poder Legislativo Municipal, 03 de dezembro de 2007.


MARCO ANTÔNIO FERRARI RAMOS
Vereador-Presidente


JUCIEL VILMAR J. DOS SANTOS
Vereador – Membro


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Vereador - Membro

ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.


ANTEPROJETO DE LEI Nº128/2007

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA REPASSE DE SUBVENÇÃO MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

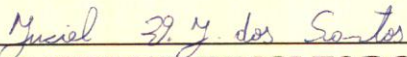
PARA ANÁLISE E POSTERIOR PARECER DA

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2007

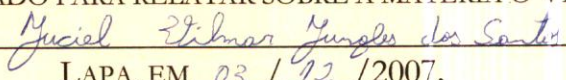

JOÃO ANTONIO DE J. MARTINS
PRESIDENTE

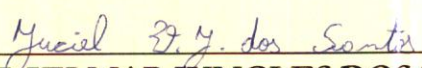
RECEBI O PROJETO EM 03 / Dezembro / 2007.


JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR


LAPA, EM 03 / 12 / 2007.


JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LAPA - PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
P.L. Nº 128
15

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

ANTEPROJETO DE LEI Nº 128/2007

AUTOR: Executivo Municipal

SÚMULA: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, para Repasse de Subvenção Mensal e dá outras providências”.

PARECER

Este Vereador relator do Projeto em epígrafe resolve pela continuidade na sua tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista, que a matéria não possui nenhuma irregularidade quanto aos aspectos Econômicos e Financeiros em atenção ao art.49 Inciso II, do Regimento Interno.

Quanto ao mérito, cabe ao Douto Plenário “secundum legem”.

Lapa, 04 de Dezembro de 2007

Juciel J. dos Santos

JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
Relator/Presidente


VILMAR CZARNESKI FAVARO
Membro

MARCO ANTONIO BORTOLETTO
Membro

PROJETO DE LEI Nº 125/2007

Autor: Executivo Municipal.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, para repasse de subvenção mensal e dá outras providências.

Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **APROVA**

Art. 1º. – É o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.573.499/0009-33, com sede na Rua Leônicio Correa, nº 339, nesta cidade, para o repasse da importância de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, que se dará até o último dia útil de cada mês, para manutenção das atividades realizadas pela entidade, conforme plano de trabalho, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A Entidade beneficiada com a aplicação dos recursos a que se refere o artigo 1º desta Lei, deverá prestar contas mensalmente ao Município, sob pena de suspensão e devolução dos recursos não aplicados na destinação mencionada, bem como, anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme disposto na Resolução de 03/2006, que regulamenta os arts.162, § 2º, 228, 229, 230 e 295, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dispõe sobre a fiscalização das transferências voluntárias estaduais e municipais repassadas às entidades da Administração Pública, ou às entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01 de Janeiro de 2008, com término previsto para 31 de Dezembro do mesmo ano.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

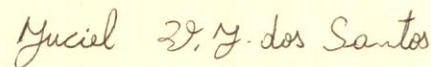
07 – Secretaria de Desenvolvimento Social
07.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0019.2.023 – Fundo Municipal de Assistência Social
799:3.3.50.43.00.00.00.1000 – Subvenções Sociais

PAG ..02/02

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo da Lapa, Estado do Paraná, em 06 de dezembro de 2007.


JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
Presidente


JUCIEL V. JUNGLES DOS SANTOS
1º Secretário



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



LEI Nº 2132, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, para repasse de subvenção mensal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. – É o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Menonita de Assistência Social, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.573.499/0009-33, com sede na Rua Leôncio Correa, nº 339, nesta cidade, para o repasse da importância de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, que se dará até o último dia útil de cada mês, para manutenção das atividades realizadas pela entidade, conforme plano de trabalho, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A Entidade beneficiada com a aplicação dos recursos a que se refere o artigo 1º desta Lei, deverá prestar contas mensalmente ao Município, sob pena de suspensão e devolução dos recursos não aplicados na destinação mencionada, bem como, anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme disposto na Resolução de 03/2006, que regulamenta os arts. 162, § 2º, 228, 229, 230 e 295, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dispõe sobre a fiscalização das transferências voluntárias estaduais e municipais repassadas às entidades da Administração Pública, ou às entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01 de Janeiro de 2008, com término previsto para 31 de Dezembro do mesmo ano.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria de Desenvolvimento Social
07.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0019.2.023 – Fundo Municipal de Assistência Social
799:3.3.50.43.00.00.00.1000 – Subvenções Sociais

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Dezembro de 2007.


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal

PLANO DE TRABALHO 2008

FOLHA 1/2

1 - DADOS CADASTRAIS

ENTIDADE: AMAS Associação Menonita de Assistência Social				CNPJ 79573499/0009-33	
ENDEREÇO: Rua Leônicio Correa, 339					
CIDADE Lapa	UF Paraná	CEP 83750-000	EMAIL lapa@amapara.org.br	TELEFONE 3622-3211	
CONTA CORRENTE 15.379-6		BANCO BRADESCO	AGENCIA 954 Lapa		
Nome de responsável AALTJE CNOSSEN DÜCK		CPF 653.649.459-87	TELEFONE P/ CONTATO 3622-7540 9935-7192		
FUNÇÃO: COORDENADORA					

2 - DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO Crianças escolares de 05 – 09 anos, com habilidades de aumentar a idade até 14 anos.	PERÍODO DE EXECUÇÃO 02/01/2008 – 31/12/2008
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO Centro de Convivência e Contra Turno Escolar.	
JUSTIFICATIVA DO ATENDIMENTO Vendo a grande necessidade de atendimento a pessoas carentes principalmente que muitas mães não podiam trabalhar fora por não terem com quem deixar seus filhos a AMAS com sede em Curitiba e creches (CEIs) em Palmeira e Porto Amazonas decidiu juntamente com a Igreja Evangélica Irmãos Menonitas do Núcleo Leiteiro da Lapa estender seus atendimentos até a Lapa. Desde abril de 1989 estamos atendendo a estas famílias em regime de creche. A partir do ano 2008 estaremos atendendo crianças que estão meio período na escola e no outro período muitas vezes não tem com quem ficar sendo obrigados a ficarem, sozinhas em casa, em casas de vizinhos, amigos ou mesmo na rua preocupando desta forma os pais que estão no seu local de trabalho.	

3 - PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	Nº de pessoas Atendidas	R\$ ANO
	<p>CONSUMO: artigos de higiene, limpeza e conservação, acondicionamento e embalagens, gêneros de alimentação, impressos, artigos de expediente, ensino (didático), lâmpadas, acessórios para instalações elétricas, moveis, aparelhos, material para fotografia, farmacêuticos, vidraçaria, vestuário, uniformes, artigos para esporte, jogos, brinquedos e divertimentos com os respectivos acessórios, material para artesanato, calçados, roupas de cama mesa, banho e cozinha, outros materiais e bens duradouros.</p> <p>Serviços e encargos: energia elétrica, gás, serviços de asseio e higiene (inclusive taxas com água e esgoto), impressão, telefone, pedágios, encadernações emoldurados, conservação e adaptação de bens moveis, inclusive materiais de construção para reformas.</p> <p>Pessoal: pagamento de vencimentos, salariais, INSS, FGTS, PIS, vale transporte, férias, décimo terceiro com seus respectivos encargos.</p>		18.000,00

PLANO DE TRABALHO 2008

FOLHA 2/2

4 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

REPASSE MENSAL R\$ 1,00

META	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00

META	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00

5 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da entidade por mim representada declaro, para os devidos fins de prova junto ao Município da Lapa para os efeitos e sob as penas de lei, que inexistente qualquer situação de inadimplência junto a Administração Municipal ou qualquer órgão/entidade da Administração Pública Estadual e Federal que impeça a transferência de recursos de dotação consignada nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento

Lapa, 10 de outubro de 2007

Local e Data



Aaltje Chrossen Dück CPF. 653.649.459-87

Carimbo e Assinatura do Responsável

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Lapa, de de 2007


MIGUEL LOURENÇO HORNING BATISTA
Prefeito Municipal